

ACTA Nº 2 DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE PORTO DE MÓS, REALIZADA EM VINTE E NOVE DE ABRIL DE DOIS MIL E ONZE

-----Aos vinte e nove dias do mês de Abril de dois mil e onze, pelas vinte horas dez minutos, no Edifício da Assembleia Municipal, sito no Solar dos Gorjões, no Largo de S. João Baptista, em Porto de Mós, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal, devidamente convocada, e com a seguinte ordem de trabalhos:-----

-----1. *Apreciação do Inventário de Todos os Bens, Direitos Patrimoniais e Respectiva Avaliação, bem como a Apreciação e Votação dos Documentos de Contas relativamente ao ano 2010;*-----

-----2. *Eleição do Presidente de Junta de Freguesia (e seu substituto) para, em representação de todas as Juntas de Freguesia do concelho, participar no XIX Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses;*-----

-----3. *Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo;*-----

-----4. *Estatuto da Oposição – Lei nº 24/98, de 26 de Maio – Relatório de Avaliação do Grau de Observância (Artigo 10º da Lei nº 24/98, de 26 de Maio);*-----

-----5. *Comissão de Protecção de Crianças e Jovens – Relatório Anual de Actividades – 2010;*-----

-----6. *Processo nº 250/2007 – Requerente – Rei do Calcário – Sociedade Extractiva, Lda. Requer na qualidade de explorador da pedra com o nº 5537, denominada de “Eira Morgada”, sita no lugar de Codaçal, Freguesia de Serro Ventoso, a emissão de declaração de Interesse Público Municipal, para integrar o E.I.A., elaborado no âmbito do licenciamento da ampliação da respectiva pedra;*-----

-----7. *Informação nos termos da alínea e), nº 1 do artigo 53º da Lei 169/99 de 18 de Setembro alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.*-----

-----1 – **ABERTURA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – CHAMADA:**-----

-----Faltaram à sessão, os seguintes membros: Antonio Fernando Pardal da Silva (Presidente da Junta de Freguesia de Alvados – PSD/Falta Justificada), Benvinda da Silva Cláudio Januário (Presidente da Junta de Freguesia de Alcaria – PSD); Virgílio Vieira Casimiro (PSD); Antonio Pereira Carvalho (PS); Maria Teresa Ferreira Neto (PS); Rita Isabel da Silva Pereira (PS).-----

-----Estavam presentes, pela Câmara Municipal, o senhor Presidente João Salgueiro, e os senhores Vereadores Albino Pereira Januário, Fernando Manuel de Carvalho Oliveira Monteiro, Anabela Martins, Rita Cerejo, Júlio João Vieira Carreira e Luis Manuel Coelho de Almeida e a Chefe de Divisão Neuza Morins.-----

-----A prestar apoio à Assembleia Municipal, nos termos do nº 1 do artigo 52º – A, da Lei 169/99 de 18 de Setembro com a redacção que lhe foi conferida pela Lei nº 5 –A /2002 de 11 de Janeiro, encontrava-se a Assistente Técnica Maria Fernanda Pinguicha Toureiro.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento à Assembleia que foram consideradas justificadas pela mesa as faltas à presente sessão dadas pelos membros acima referidos face à justificação escrita e oral que estes apresentaram dentro do prazo regimental, tendo a Presidente da Junta de Freguesia de Alcaria, pedido a sua substituição pelo Secretário da Junta de Freguesia, Helder José Ribeiro da Costa (PSD), nos termos do artigo 38º, nº1, c) da Lei 169/99 de 18 de Setembro com a redacção que lhe foi conferida pela Lei nº 5 –A /2002 de 11 de Janeiro -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----2. APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ANTERIOR:-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal, pôs depois a discussão e votação a acta da sessão anterior, perguntando entretantanto à deputada Ana Narciso se estava confortada com a correcção que foi feita à acta de 18.12.2010, no que diz respeito à sua intervenção, tendo ela respondido que sim.-----

-----**Maria Teresa Jorge Gomes (PS)**, pediu a palavra para dizer que também subscreveu a declaração de voto que o senhor Presidente da Assembleia fez quanto aos pontos 7, 8 e 9 da Ordem de Trabalhos, e que isso não consta da acta, pedindo para se fazer essa correcção, tendo o senhor Presidente respondido que a correcção seria feita.-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, passou-se depois à votação da acta, tendo a mesma sido **aprovada por unanimidade**.-----

-----**Antonio Manuel Sousa Pires (PSD)**, pedindo a palavra referiu o facto de ter falecido o pai da deputada Olga Silvestre, propondo à mesa da Assembleia que, à semelhança do que tem sido a prática nesta Assembleia, se fizesse um minuto de silencio, tendo o senhor Presidente concordado e dizendo, que também ele queria propor que também se fizesse um minuto de silencio pelo Dr. Perpétua.-----

-----2. LEITURA DO EXPEDIENTE:-----

-----O Senhor Presidente da Assembleia fez a leitura resumida do expediente recebido desde a última sessão ordinária da Assembleia Municipal, dizendo que a mesma se encontra disponível para os membros que desejarem a sua consulta.-----

-----Deu especial enfase à comunicação que foi enviada pela Liga dos Combatentes, em que esta se disponibiliza para cooperar com esta Assembleia Municipal, no sentido da trasladação dos militares do concelho, mortos no ultramar.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia, referiu-se depois à Sessão Solene evocativa do 25 de Abril, que teve aqui lugar na passada segunda feira, agradecendo a todos os que estiveram presentes.-----

-----Disse ainda que queria agradecer à Junta de Freguesia de Alcaria pela excelente iniciativa que teve, referindo-se aos "Sabores da Caça", ressaltando que estas iniciativas são de acarinhar, devendo ser incentivadas.-----

-----Disse depois que recebeu hoje um requerimento que lhe foi endereçado pelo Secretária da Junta de Freguesia de Alcaria, Helder Costa, que está hoje aqui presente em substituição do Presidente de Junta que irá ser remetido para a Câmara Municipal, que responderá, e que tem o teor que a seguir se transcreve:-----

-----"Assunto: *Solicitação*-----

-----*Eu, Helder Ribeiro da Costa, venho por este meio solicitar à mesa da Assembleia Municipal de Porto de Mós, que, com base no artigo 16º, nº 1, alínea f) do Regimento, solicite informação ao órgão executivo sobre a execução de deliberações anteriores aprovadas em Assembleia Municipal no mês de 2009 no que mais concretamente diz respeito ao projecto 2010/102 em ambas as suas acções (projecto e obra) do objectivo 3 342 do Plano Plurianual de Investimentos do ano 2010.*-----

-----*Concretamente o que pretende saber é:*-----

-----*1. O porquê de um projecto ter previsão de despesa superior à sua execução?*-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----2. O porquê dos custos de projecto serem incluídos nos anos de 2011 e 2012?-----

-----3. Qual a empresa/individuo que está a elaborar este projecto?-----

-----4. O financiamento da obra é totalmente suportado pelo municipio tal como previsto no PPI?-----

-----Solicito também informação sobre o projecto 2006/38 nas suas acções 1, 2, 3, 4, 5 e 7 que foram aprovados em Assembleia Municipal para o ano de 2009 e posteriormente eliminados sem nunca se informar a Assembleia Municipal das razões de tal facto, pretendendo eu saber com esta solicitação o porquê de tal abandono.-----

-----Aguardo resposta preferencialmente por escrito.-----

-----Sem mais assunto, de momento, Cordialmente, Helder Costa.“-----

-----Seguidamente o senhor Presidente da Assembleia Municipal propôs que se fizesse um minuto de silencio pelo falecimento do Dr. Manuel de Oliveira Perpétua. Disse ainda que não sabia do falecimento do pai da deputada Olga Silvestre, pelo que aproveitando lhe endereçou condolencias em nome da Assembleia Municipal, passando a fazer-se um minuto de silencio por ambos os falecidos.-----

-----**Helder José Ribeiro da Costa (Secretário da Junta de Freguesia de Alcaria):**-----

-----Usando da palavra, disse que gostaria de um esclarecimento do Senhor Presidente da Câmara, acerca de uma afirmação que este fez numa sessão anterior desta Assembleia, e que foi “Alcaria é a freguesia que mais beneficiou com as obras genéricas”, perguntando qual o entendimento daquele sobre o que são obras genéricas e que benefícios são esses. Disse depois que gostaria de ser informado sobre os cortes de electricidade, pois que há uns meses atrás aqui pediu colaboração por parte de executivo. Perguntou ainda acerca do canil municipal e sobre o desenvolvimento das negociações com a Câmara da Batalha. Disse depois, querer lembrar ao senhor Presidente do executivo que há pouco tempo atrás disse que iria mandar desligar alguns pontos de luz pública e que uma das suas promessas eleitorais era instalação e reforço.-----

-----Dirigindo-se depois ao senhor Vice Presidente disse que há cerca de um ano atrás fez uma proposta no sentido do executivo ter alguma despesa a menos nas facturas de água, tendo proposto que fossem enviadas por meios electrónicos a quem o desejasse, perguntando se essa proposta foi considerada.-----

-----**Antonio da Conceição Ferraria (CDU):**-----

-----Passou a referir-se a um posto de transformação da EDP, perto da Capela da Cabeça das Pombas, na freguesia de S. Bento. Referiu-se depois ao estado de degradação de diversas estradas citando Pia Carneira, Covão do Frade, Casal Velho, Cabeça das Pombas, Moita do Açôr e outras. Quanto ao abastecimento de água, disse que também parou no Casal Velho, continuando as outras populações à espera.-----

-----**Antonio Manuel Ferreira de Almeida (PS):**-----

-----Referindo-se à Sessão Solene ocorrida no dia 25 de Abril, regozijou-se com a homenagem que foi prestada a um conterrâneo, o Contra-Almirante Victor Crespo, pelo contributo dado em prol do concelho e ao 25 de Abril. Passou depois a referir-se ao artigo que a deputada Ana Narciso publicou no Jornal O Portomosense acerca desta efeméride, dizendo que, tendo ficado inicialmente satisfeito com as palavras desta, logo depois se sentiu triste quando chegou ao penultimo parágrafo onde é afirmado que esta Assembleia Municipal silencia as pessoas, não as deixa falar, que não devolve verdades dos factos, que não respeita as regras democráticas e que tem faltas de educação. Acrescentou que nunca foi aqui mal-educado com ninguem, pelo que exige que lhe sejam pedidas desculpas porque nunca faltou ao respeito a ninguém aqui dentro,-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dizendo sentir-se ofendido, porque nunca pôs uma mordalha a ninguém.-----

-----**Carlos Alberto Rosa Vieira (PSD):**-----

-----Referiu-se à correspondência trocada pelo senhor Presidente da Assembleia com a Liga dos Combatentes, apelando a que se corrija o nome do militar portomosense que está muito mal identificado, nunca se relacionando assim com Porto de Mós, dado que lhe faltam os apelidos que o poderão ligar ao concelho.-----

-----Disse depois querer felicitar a equipa conjunta Câmara/Assembleia Municipais pela realização da sessão comemorativa do 25 de Abril, dizendo estar todos de parabéns. Continuou ainda dizendo que para memória futura não ficaria mal fazer-se uma acta do que aqui se passou, juntando-se à acta os textos dos discursos dos palestrantes.-----

-----Continuando fez depois allusão à Lapa no Alqueidão que ruiu. Referiu-se depois ao problema dos esgotos em duas ruas do Alqueidão da Serra, encontrando-se dejectos a céu aberto -

-----**Luis Manuel da Silva Cordeiro (Presidente da Junta de Freguesia de S. Bento – IPSB):**-----

-----Questionou o senhor Presidente da Câmara sobre o projecto que este prometeu em campanha eleitoral relativo ao Clube Desportivo de S. Bento, porque ainda nada foi feito. Referiu-se depois ao estado de degradação em que se encontram as estradas da freguesia e que o deputado Antonio Ferraria já aqui mencionou.-----

-----**Ana Maria Martins Narciso (PSD):**-----

-----Usando da palavra disse que não se ofende quem quer mas sim quem pode ser ofendido, salientando que este espaço serve para serem discutidos os assuntos do concelho e não as ofensas eventuais que cada um para aqui possa trazer, sendo este um espaço de debate político e sendo ainda nesse contexto que aqui está. Quanto às questões pessoais poderão ser tratadas fora deste espaço. Continuou dizendo que aqui trata de questões políticas, não atacando ninguém pessoalmente, estando aqui para discutir as questões do concelho e para dar sugestões. Disse depois, que foi pedido pela bancada do P.S.D. no ano passado, considerando que era importante, que o 25 de Abril devia ser lembrado e dado a conhecer principalmente aos mais jovens, pelo que se deveria relizar uma sessão formal, devendo ser convidadas todas as forças partidárias, representadas e não representadas na Assembleia Municipal e todas as forças vivas do concelho. Isto foi o que foi pedido pela bancada do PSD no ano passado, dizendo que isto só foi conseguido em parte, passando a explicar. Dirigindo-se ao senhor Presidente da Assembleia, disse ter sido positivo ter agendado esta comemoração, sem custos acrescidos à Câmara o que comprova que é possível fazer cerimónias cheias de significado sem grandes despesas. Foi positivo ter trazido dois homens de Abril, um dos quais foi a primeira vez que se deslocou a terras portomosenses – o Coronel Marques Junior – e o conterrâneo, pessoa pela qual tem a maior estima, pessoal e política – o Contra Almirante Victor Crespo. Continuou dizendo que foi pena que não tivesse conduzido a reunião de forma a que o povo aqui presente tivesse a oportunidade de expressar a sua opinião, foi pena também que não tivesse enviado um programa onde manifestasse com a antecedência devida como iria decorrer a cerimónia, quem interviria, durante quanto tempo e de que forma, a que não fosse tão evidente que houve alguma atenção ao Partido Socialista e pouca ou nenhuma em relação aos outros membros desta Assembleia eleitos democraticamente pelo voto popular em eleições livres e democráticas que Abril inaugurou. E isso manifestamente não aconteceu. Esta atitude, num dia em que se comemorou e exaltou a democracia, a liberdade e igualdade de tratamento entre homens e mulheres, que têm direito a convicções diferentes e são eleitos por convicções diferentes, sejam tratados sem o respeito pelas mais elementares regras democráticas, afirmando que isso não é bonito e que não gostou dessa atitude, arrogando-se o direito de o dizer

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

aqui. Disse ainda que o pedido que foi feito o ano passado, pela bancada do PSD não foi completamente conseguido, tendo ficado a meio caminho, porque nem a juventude esteve presente, nem todas as forças vivas compareceram, nem todos os deputados vieram, nem todos os membros eleitos sabiam ao que vinham. Para o ano haverá outro Abril, disse, e cá estaremos para aprender com os erros que fizemos este ano e fazer cada vez melhor. Disse ser este o sentido do seu contributo, afirmando estar sempre nesta onda de pensamento e de atitude e de contributo nesta Assembleia. Por fim, disse, que só um cidadão com qualidades de excepção recebe em vida duas homenagens dadas pelo mesmo município, uma como figura de relevo político – aquando da comemoração dos 700 Anos do Foral de Porto de Mós e a Medalha de Ouro no dia 25 de Abril. Disse ser uma sugestão de melhoria do que pode ser a comemoração do ano que vem. -----

-----Referiu depois uma segunda questão que se prende com o interesse publico municipal, perguntando ao senhor Presidente da Assembleia quais as diligências que fez no sentido de clarificar o que é de facto o interesse publico municipal, que sendo uma coisa séria, não se deve banalizar.-----

-----**Rui Fernando Correia Marto (Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra – PS):** --

-----Usando da palavra disse que antes de mais queria congratular-se com a iniciativa dos senhores Presidentes da Assembleia e da Camara Municipais pela comemoração do 25 de Abril bem como pelo reconhecimento de um cidadão portomosensense, pois o hábito é que cada vez mais a que as pessoas de grande valor sejam esquecidas, pelo menos em vida, passando a ser boas pessoas depois de morrerem, apelando ao senhor Presidente para que continue, eventualmente melhor se possivel, este tipo de iniciativas, pois elas são de louvar, havendo que esquecer as maiores ou menores plateias, porque o que é importante é continuar.-----

-----Disse depois que queria fazer referencia ao facto de haver pessoas de Alqueidão da Serra que se deslocaram hoje a esta Assembleia para entregar um abaixo assinado com um numero significativo de assinaturas, e que tem a ver com a situação da água no Alqueidão da Serra. Disse ainda que já tinha decidido não voltar a falar neste assunto aqui nesta Assembleia, até porque as coisas parece que estão muito melhores, apesar de na Sexta-feira Santa e metade do Sábado de Aleluia, não haver água nas torneiras do Alqueidão da Serra, querendo apenas louvar as pessoas que se propuseram fazer um trabalho em prol da freguesia, que mais não é, senão fruto de Abril e cidadania activa. Referiu ainda saber da existencia de outro abaixo assinado que veio do Casal Duro, não tendo a Junta de Freguesia nada a ver nem com um nem com outro, porque, principalmente aos fins de semana, também há problemas com o abastecimento de água. Continuou dizendo se o projecto que está em curso para abastecer água ao Alqueidão da Serra tem, ou vai ter, um troço comum do Casal Duro actual passando a perguntar se já se estudou devidamente o que se está a passar e que implicações pode vir a ter. Disse ainda querer perguntar se os pareceres já vieram e se algum deles fôr negativo, se existe um plano B.-----

-----**Olga Cristina Fino Silvestre (PSD):**-----

-----Disse que usaria da palavra para agradecer o voto de pesar que lhe foi endereçado pelo falecimento do seu pai. Continuando, disse que não era para falar, mas que aproveitava para dizer acerca da sessão solene do 25 de Abril, que por motivos de força maior não pôde estar presente, reiterando as palavras da deputada Ana Narciso, dizendo achar que se pode melhorar, havendo todas as condições para isso, podendo e devendo haver uma maior e melhor articulação entre todas as forças politicas representadas e não representadas na Assembleia e que queiram aderir a esta iniciativa, pois o 25 de Abril não é apenas passado, mas também presente e futuro.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia respondeu ao Deputado **Carlos Vieira (PSD)**, dizendo que irá continuar a ter um contacto estreito com a Liga dos Combatentes, disso informando os

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

deputados que ficaram de acompanhar este assunto. No que se refere à sessão evocativa do 25 de Abril, agradeceu as palavras que este deputado lhe dirigiu, dizendo que aquela sessão foi gravada, pelo que sempre poderá ser reproduzida, estando assim salvaguardada.-----

-----Continuou depois dizendo ser sempre para si desagradável, quando se tem de dirigir a algum deputado desta Assembleia de forma menos cordial, referindo que já uma vez aqui distribuiu um comunicado sobre a conduta e a ética que deve reger, em seu entendimento, a atitude de um deputado municipal. Continuou depois dizendo que ele, fora desta Assembleia, em qualquer circunstância é o Presidente da Assembleia Municipal, e quando escreve um artigo no jornal, as pessoas que leem sabem que se trata do Presidente da Assembleia Municipal. Assim, a senhora deputada Ana Narciso, quando escreve um artigo para o Jornal Portomosense, em que critica a Assembleia desta forma, passando a ler o texto que a seguir se transcreve: " *...quem tem valor fica na zona cinzenta da politica, porque alegadamente não tem nem imagem, nem robustez psicologica nem fisica para suportar os ataques cerrados de uma comunicação social mais ávida de sound bite, que enfatiza mais as querelas pessoais que a substancia das coisas. Eu própria fui e sou, vítima desta forma de estar, silenciada e ostensivamante deixada a falar sózinha, quando devolia a verdade dos factos à Assembleia Municipal, perante a qual o poder executivo tem de prestar contas. Uma atitude indigna de protagonistas de esquerda em total desrespeito pelas mais elementares regras democráticas e de educação. Uma Assembleia onde só está quem foi eleito pelo povo segundo os ideais de Abril, contra a arrogancia, autoritarismo e inercia, contem sempre comigo, aqui e em outro lugar.*"-----

-----O senhor Presidente da Assembleia, disse dirigindo-se a Ana Narciso, que quando esta escreve isto, é deputada municipal e quando diz que é silenciada nesta Assembleia e há falta de educação, está a dirigir-se ao Presidente da Assembleia Municipal. Disse ainda que quem o julga são os deputados aqui presentes, o executivo e a imprensa e que está de consciencia tranquila, porque nunca aqui coartou a palavra a ninguem sendo esta Assembleia um espaço de liberdade, referindo ainda que nunca deixou de dar resposta a todos os requerimentos que esta deputada lhe tem endereçado.-----

-----Disse ainda que infelizmente não é a primeira vez que a senhora deputada acusa e lança suspeição sobre o Presidente da Assembleia Municipal, mas que não será qualquer ferroadada que o atinge.-----

-----**Luis Carlos Vieira Monteiro (PSD)** pediu nesta altura um ponto de ordem à mesa, tendo o senhor Presidente da Assembleia respondido que faria a sua intervenção até ao fim, após o que este deputado faria então o ponto de ordem à mesa.-----

-----Continuando a sua intervenção, o senhor Presidente da Assembleia referiu-se à sessão solene do 25 de Abril, dizendo que os grupos parlamentares devem estar organizados e que a informação deve circular dentro de cada grupo. Disse ainda que a primeira pessoa a quem ligou para informar da realização da sessão solene do 25 de Abril, assim que se tomou a decisão de a fazer, foi ao lider da bancada do PSD, tendo sido todos os deputados desta assembleia convidados para a mesma, perguntando que diferenciação fez das forças politicas aqui representadas. Continuou dizendo que a senhora deputada Ana Narciso não se dirigiu ao Presidente da Assembleia para procurar saber como iria decorrer a sessão solene do 25 de Abril, dizendo-lhe que enviou um *mail* para o Gabinete de Comunicação da Câmara, que depois lhe foi enviado, não se lhe dirigindo pessoalmente.-----

-----Novamente o deputado **Luis Monteiro** pediu para fazer um ponto de ordem, ao que o senhor Presidente da Assembleia lhe respondeu que o faria a seguir à sua intervenção. -----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal, continuou a sua intervenção, respondendo à

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

problemática do interesse municipal, e dizendo que estes assuntos são apreciados em reunião de Câmara, que remete para Assembleia Municipal para que esta se pronuncie.-----

-----Deu depois a Palavra a **Luis Carlos Vieira Monteiro (PSD)** para que este fizesse o ponto de ordem à mesa, que usando da palavra disse que a função principal do Presidente da Assembleia Municipal é cumprir e fazer cumprir o Regimento. Nos termos do nº 6 do artigo 42 do mesmo, os membros da mesa que quiserem usar da palavra, devem deixar as suas funções, só podendo reassumi-las no termo do debate e votação, dizendo que isto se aplica quer ao período da Ordem do Dia bem como ao Período de Antes da Ordem do Dia. Continuou dizendo que o senhor Presidente da Assembleia, por múltiplas vezes e com a parcimónia dos deputados tem intervido nos temas com as vestes de Presidente e sem o distanciamento que lhe deve ser exigido para o cargo que ocupa. Acrescentou ainda que não está a condicioná-lo de intervir, mas que quando o faz, o deve fazer como deputado municipal, deixando as vestes de Presidente da Assembleia, devendo o seu lugar ser assumido pela pessoa imediatamente a seguir na hierarquia.-----

-----Disse depois que afinal, muito mal está o 25 de Abril, porque quando se põe em causa a liberdade de imprensa e de escrita de um cidadão, independentemente de ele ser ou não membro de uma Assembleia Municipal, porque isso não é uma *capitis diminutio*, e o facto de se ser membro de uma assembleia municipal não tira a ninguém o poder de falar e exprimir a sua crítica. Continuou ainda, dizendo que quando se fala no jornal e se diz bem da acção da Câmara, como o senhor Presidente da Assembleia já o fez, tudo bem, mas se se criticar já não se pode fazer porque se está a usar as vestes de membro de uma Assembleia Municipal. Disse ainda que isso não pode ser, porque é uma anulação dos princípios de Abril, é uma anulação do princípio da liberdade de escrita, de pensamento e de actuação política. Se não se concorda com aquilo que está escrito, existem normas, nomeadamente ao nível do direito de imprensa para responder, ou então ao nível judicial e não actuar desta forma de quase *bullying* político na Assembleia Municipal. Continuando, disse que foi de facto verdade o que a deputada Ana Narciso disse, pois a Câmara se retirou quando esta estava a falar do famigerado assunto da escola da Cruz da Léguas, dando-se mais tarde razão ao que a senhora deputada disse na altura, sendo a justificação a liberdade de mudar de opinião.-----

-----Disse depois que a função da oposição é alertar, pois caso contrário não faz sentido estar aqui.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia interveio dizendo que um ponto de ordem não deve ter mais de um minuto, pelo que isto é uma intervenção e não um ponto de ordem.-----

-----**Luis Monteiro** continuou dizendo que face à violação crassa dos direitos constitucionais e regimentais que aqui se têm verificado, tem que usar este tempo, dizendo esperar que se o senhor Presidente da Assembleia voltar a expressar a sua opinião, que saia do seu lugar de Presidente e venha para o lugar dos deputados. Referiu ainda que a Assembleia Municipal é um órgão e que o Presidente não é a Assembleia, sendo esta composta por todos os deputados e pela multiplicidade das suas opiniões.-----

-----**Antonio Manuel Sousa Pires (PSD):**-----

-----Usando da palavra disse que gostaria de clarificar esta polémica, dizendo ser verdade tudo o que o senhor Presidente da Assembleia disse, e que não revestindo aquela sessão solene a forma de uma sessão extraordinária, partiu do princípio de que não haveria intervenções. Disse depois que o senhor Presidente já o informou que quando lhe telefonou era para o informar de que haveria lugar a intervenções por parte das forças políticas aqui representadas. Disse ainda que toda esta informação foi transmitida por *mail* a todos os deputados do PSD. Continuou ainda dizendo que quando a deputada Ana Narciso escreve no jornal o que escreve, tem que concordar com o

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

deputado Luis Monteiro, pois ela é livre de escrever o que quiser, não se sentindo ofendido enquanto deputado.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal respondeu a Luis Monteiro, dizendo que o que está no Regimento, pode ser interpretado como entender, havendo várias interpretações. Mas quando se diz que nesta assembleia há falta de liberdade e falta de educação, os cidadãos que lêem tiram as suas conclusões, dizendo que continuará sempre, a dar a cara por esta Assembleia. Disse ainda que foi eleito pelos deputados e que estes estão à vontade para o destituírem se assim o entenderem, através de moções de censura ou outros meios, mas sempre com fundamento e com verdade.-----

-----Seguidamente, usou da palavra o senhor **Presidente da Câmara**, que se dirigiu à deputada **Olga Silvestre** endereçando-lhe pessoalmente os seus pesâmes pelo falecimento do seu pai.-----

-----Referiu-se depois ao esclarecimento que foi aqui pedido pelo senhor Presidente da Assembleia relativamente à questão do Tribunal Administrativo de Leiria e que também tem a ver com a questão que foi levantada por um despacho do então vereador Jorge Cardoso, dizendo que o processo foi arquivado por aquele Tribunal, que disse não haver matéria processual. Esclareceu que houve um pedido de parecer à CCDR que foi positivo, mas a legislação obriga a que haja um segundo parecer. Esse segundo parecer foi pedido já depois da IGAL estar na Câmara e ter sido levantado o problema tendo a CCDR respondido que de acordo com o parecer já enviado, nada havia a opôr.-----

-----Disse depois que será colocado no Parque Verde um memorial dos Heróis do Ultramar do concelho.-----

-----Começou depois por responder a **Helder Costa**, em representação da Junta de Freguesia de Alcaria, dizendo que efectivamente esta freguesia foi uma das mais beneficiadas com obras genéricas referindo os alcatroamentos diversos, junto à helipista e ao Centro Hipico bem como a estrada que vai de Alcaria para a Barrenta. Referiu ainda todas as obras da helipista foram suportadas inicialmente pela Câmara Municipal, recebendo posteriormente alguma participação por parte dos fundos comunitários.-----

-----Quanto à EDP, disse ter a informação de que esta empresa tem previsto fazer investimentos nesta região para melhorar a questão das falhas de energia.-----

-----Referiu depois que se tem desligado alguma iluminação pública em zonas onde não se justificava, fazendo no entanto o reforço dessa iluminação em zonas em que se justifique.-----

-----A **Antonio Ferrara** disse que o que lhe foi pedido foi uma iluminação pública para a requalificação que estão a fazer junto à Capela do Cabeça das Pombas, tendo já pedido à EDP orçamento para esse efeito.-----

-----A Pia Carneira e Vale Florido, sendo uma preocupação do senhor Presidente da Junta está previsto o seu alcatroamento ainda este ano.-----

-----Disse ainda que o abastecimento de água não parou no Casal Velho, pois foram abastecidos os Penedos Belos e Telhados Grandes, em conformidade com as prioridades estabelecidas pelo Presidente da Junta na altura.-----

-----Dirigindo-se a **Antonio Almeida**, disse concordar com ele no que se refere aos excessos escritos por uma deputada desta Assembleia.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----A **Carlos Vieira (PSD)**, disse que será colocado no Parque Verde a Pedra que se destinará a fazer um memorial, para os combatentes do concelho, mortos no ultramar. Quanto à Lapa que ruiu no Alqueidão da Serra disse que o enxerto daquela pedra no local não é possível nem sequer aconselhável, devendo-se fazer antes, trabalhos de consolidação para que não voltem a cair mais pedras.-----

-----Quanto à questão do saneamento de que aquele deputado falou, disse que tomou nota e que iria verificar o que se passa.-----

-----A **Luis Cordeiro**, Presidente da Junta de Freguesia de S. Bento, disse que espera poder dar cumprimento à promessa eleitoral feita, mas que ainda se está apenas no segundo ano do mandato.-----

-----A **Ana Narciso**, disse acerca do interesse público municipal, disse que isto só será ultrapassado com uma alteração do artigo da lei da REN, que exige a declaração de interesse público.-----

-----Respondendo depois a **Rui Marto**, disse que as coisas no Alqueidão da Serra têm melhorado, dizendo que nos últimos tempos o único período em que faltou a água foi na Sexta Feira Santa a partir das cinco da tarde estando às sete da manhã um funcionário no local a abrir a água. -----

-----Disse depois sobre o projecto de abastecimento de água ao Alqueidão da Serra a partir do sistema da EPAL de Mira de Aire, que os pareceres da RAN e da REN já cá estão estando o projecto pronto.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia disse que há um deputado que está a pedir para usar da palavra ao abrigo do artigo 41º do Regimento, dizendo que se formos levar à letra todas as alíneas e todas as excepções que existem, dificilmente se fará a sessão.-----

-----**Helder Costa** usando da palavra, disse que queria dar um esclarecimento à mesa e a todos os presentes, porque quando disse que o Presidente da Câmara havia dito que a freguesia de Alcaria foi a que mais beneficiou de obras genéricas em 2010, este vem agora contrapor com obras de 2009. Esclareceu ainda que a pessoa que em Alcaria maltratou o senhor Presidente da Câmara, foi o seu pai, tendo-se referido ao alcatroamento da estrada Alcaria/Barrenta.-----

-----**PERÍODO PARA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

-----**Nuno Matos**, Alqueidão da Serra:-----

-----Usou da palavra cumprimentando todos os presentes dizendo que a sua presença aqui foi já adiantada pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia do Alqueidão da Serra e tem a ver com um assunto que é importante na vida de toda a gente e que é o acesso, nas torneiras, todos os dias à água. Disse ainda que os cortes não se podem prever, mas o que se passa no Alqueidão da Serra está a tornar-se impossível. Disse ainda que este abaixo assinado surgiu de forma espontânea e que tem como objectivo a pretensão da população ao direito à água nas torneiras todos os dias, dizendo ainda que este não é um problema deste executivo, pois é um problema com décadas. Acrescentou ainda que ao contrário do que o senhor Presidente disse, não foram apenas agora os cortes de água, referindo que em Fevereiro a população esteve quatro manhãs consecutivas sem água, o que se revela um problema para toda a gente. No que se refere aos funcionários da Câmara não há queixas a registar porque eles vão prontamente onde são precisos, mas o problema é que todas as condutas de Alqueidão devem ser substituídas e é isso que se pretende com este abaixo assinado. O que se está a tentar fazer com esta documento é que o executivo camarário assumo e que leve até ao fim uma posição destinada a corrigir um mal que existe na

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

freguesia de Alqueidão da Serra há décadas. Terminou dizendo que era esse o repto que lançava ao senhor Presidente da Câmara e a todo o executivo, para que se comprometessem a resolver este problema definitivamente e dirigindo-se directamente ao senhor Presidente da Câmara, colocou a questão de se este prevê que ainda durante este mandato será possível a resolução deste problema, passando a entregar à mesa da Assembleia o referido abaixo assinado.-----

-----**Telmo Conceição**, Porto de Mós:-----

-----No uso da palavra e depois de cumprimentar todos os presentes, disse querer regozijar-se pela sessão comemorativa do 25 de Abril. Deixou, porem um alerta, chamando a atenção de que antes do 25 de Abril ocorreu uma intentona que saiu das Caldas da Rainha e em que estava no activo um outro portomosense – o hoje coronel Victor Carvalho – que esteve preso até ao 25 de Abril. Assim, considerou que este conterraneo que teve uma acção em prol da liberdade deve tambem não ser esquecido em futuras homenagens. -----

-----O senhor Presidente da Assembleia agradeceu as palavras e sugestões do anterior interveniente, dizendo que, por sua parte, não assume o compromisso da organização desse evento – Comemorações do 25 de Abril – no próximo ano. -----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a responder aos anteriores intervenientes, dizendo a **Rui Matos** que hoje em dia o problema no Alqueidão da Serra está muito mais atenuado, pois anteriormente havia semanas em que o Alqueidão estava sem água, situação que nos dias de hoje acontece esporadicamente e por motivos alheios ao municipio de Porto de Mós, porque nesta situação em concreto o municipio está dependente das águas do Lena. Acrescentou depois que este é um projecto que o executivo quer concretizar ainda este mandato, trazendo a água do lado de Mira de Aire, ou seja, da EPAL.-----

-----Referiu depois que se têm feito grandes investimentos no Alqueidão da Serra nesta área do saneamento e do abastecimento de água estando o problema das rupturas muito minimizado.-----

-----A **Telmo Conceição** disse que acompanhou muito de perto essa intentona de 16 de Março, dado que se encontrava a cumprir o serviço militar no quartel das Caldas da Rainha. Continuou, dizendo que é uma ideia que fica e que naturalmente será analisada pelo executivo municipal, oportunamente.-----

-----**PERIODO DA ORDEM DO DIA:** -----

-----**1. Apreciação do Inventário de Todos os Bens, Direitos Patrimoniais e Respectiva Avaliação, bem como a Apreciação e Votação dos Documentos de Contas relativamente ao ano 2010:**-----

-----No uso da palavra o senhor Vice-Presidente disse que antes de se pronunciar sobre este ponto da ordem de trabalhos, iria responder ao deputado **Helder Costa** acerca das facturas electronicas do consumo de água. Neste caso, das facturas electronicas disse não haver muitos serviços a disporem dele mas que isso se traduz nalguma economia de meios e de recursos, não estando previsto para o municipio de Porto de Mós, por enquanto.-----

-----Passou depois a pronunciar-se acerca do exercicio do ano de 2010 dando destaque à mensagem inicial do senhor Presidente da Câmara bem como o tratamento das Contas através de alguns slides, procurando tornar a leitura das contas mais apelativa.-----

-----Referiu o decrescimo em 11% da receita primária corrente, ou seja, aquilo que é produzido pelos serviços, o que significa trezentos e cinquenta e um mil euros, a menos num só ano.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Quanto à evolução da despesa corrente, disse que reflecte um aumento de cerca de quatrocentos mil euros, relativamente ao ano passado, tendo a ver principalmente com as despesas com o pessoal.-----

-----Referiu-se depois aos raios de endividamento do município, dizendo que a situação deste é muito positiva. Fez ainda menção ao prazo médio de pagamento a dias referindo que este desceu de 96 para 53 dias, o que coloca o município de Porto de Mós entre os 50 municípios nacionais de média dimensão que melhor pagam. Disse depois que já tem ouvido chamar pequeno ao concelho de Porto coisa com que discorda, pois não é pequeno em nenhum parâmetro, sendo antes um concelho médio. Afirmou ainda que Porto de Mós também não é um concelho rural.-----

-----Continuou depois fazendo a análise das Contas referentes ao ano de 2010, referindo que tem sido possível reorientar algum do dinheiro que se recebe para despesas de investimento, sendo essa uma das razões pela qual o investimento tem crescido todos os anos.-----

-----**Antonio Manuel Sousa Pires (PSD):**-----

-----Usando da palavra começou por dizer que o senhor Vice-Presidente vai reconhecendo, com o decorrer do tempo, que muitas das críticas que fez ao passado, estão fora do controle do executivo, havendo despesas correntes que são incontroláveis por parte da Câmara e que se nos lembrarmos de muitos dos comentários que foram feitos no passado, há claramente um reconhecimento de que as coisas não são assim tão fáceis como possam parecer.-----

-----Disse depois que no que se refere à receita primária, aquando da aprovação do Orçamento, alguém aqui fez menção a que esses valores estavam inflacionados porque já nessa altura se adivinhava a crise que aí vinha.-----

-----Manifestou ainda a sua satisfação relativamente ao facto de a Câmara Municipal de Porto de Mós, estar a pagar bem aos seus fornecedores, dizendo que o ano passado ficou preocupado porque o prazo médio de pagamento se situava em cerca de cem dias. Acrescentou que tal se devia ao facto de o ano passado ser ano de eleições, fazendo o paralelismo com a situação entre 2005/2009 e afirmando que tendo elaborado um gráfico, a linha era a mesma. -----

-----Disse ainda que foi dito numa reunião da CIMPL que a Câmara Municipal de Porto de Mós, era a que tinha melhor execução em termos dos fundos comunitários, louvando a habilidade do executivo que executou em ano de eleições tendo ido buscar essa receita no ano a seguir, conseguindo assim baixar a dívida, pelo que a despesa corrente baixou. Continuou dizendo que a sua divergência com o executivo, está nos investimentos que são feitos, referindo que da sua parte se fariam mais investimentos em saneamento e outros que tais e não investimentos que não se sabe qual vai ser a razoabilidade e a utilização deles.-----

-----Referiu-se depois ao facto de na página 20 se dizer que os investimentos por residente terem vindo a aumentar. Disse depois que se se fizerem contas, a execução orçamental aumentou 3,2% e o investimento por habitante aumentou 1,9%, pelo que se conclui que a despesa corrente está a consumir muita da riqueza.-----

-----Uma outra situação sobre que teceu alguns comentários é a que consta da página 28 e que é o aumento significativo na área educativa, pelo que acha que os acordos que foram feitos com o Ministério da Educação se calhar deviam ser repensados antes e que as receitas que este distribui ao município não são suficientes, dizendo que se calhar alguns dos municípios que não quiseram assinar os acordos com o Ministério da Educação, se calhar já tinham feito estas contas e nós não as fizemos.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**António José Meneses Teixeira (PS)**:-----

-----Usando da palavra, começou por dizer que a sua especialidade não são numeros no sentido económico-financeiro, dizendo que não irá falar sobre os numeros que foram apresentados pelo senhor Vice-Presidente, dizendo que só pediu a palavra para esclarecer alguns aspectos, dizendo ter verificado que este convive mal com o conceito de ruralidade, e afirmando que o concelho de Porto de Mós, sempre foi um concelho rural e ainda é um concelho rural, e isto no sentido mais nobre da classificação antropológica do termo, porque de facto a ruralidade é que deve ser preservada, a ruralidade é que tem um sentido de solidariedade social, não é o urbanismo. Disse ainda que a ruralidade deve ser preservada e cultivada, dizendo que o senhor Vice-Presidente talvez tivesse confundido ruralidade com provincianismo, o que é completamente diferente. Disse ainda que a ruralidade até pode potenciar a saída da crise em alguns sectores, nomeadamente na questão económica, agrícola, da solidariedade. Acrescentou ainda que está convencido enquanto investigador que a crise, não só a portuguesa, mas mundial tem a sua raiz profunda não numa sociedade rural, mas na sociedade egoísta urbana.-----

-----**Antonio da Conceição Ferraria (CDU)**:-----

-----Dizendo não ser especialista em orçamentos, queria apesar disse pedir alguns esclarecimentos, passando a dizer que no orçamento aprovado para 2009/2010 era prevista uma receita de vinte e seis milhões novecentos e noventa mil euros, tendo sido realizados dezoito milhões, pelo que se ficou a uma distancia bastante considerável daquilo que era previsto. Em termos de transferencias para a autarquia, da administração publica: menos três milhões e trezentos mil euros; participações dos projectos comunitários, menos três milhões e novecentos mil euros; valorização e apoio do QREN, menos dois milhões e trezentos mil, o que perfaz, quase dez milhões. Passou depois a referir-se às receitas elencando-as. Passou depois a referir-se aos fornecedores que a autarquia tem, dizendo que pelas suas contas eles se estimam em 849. Destes 849, no periodo compreendido entre 01.01.2010 a 31.12.2010, cerca de 300 não terão recebido aquilo que a autarquia lhes deve, sendo 13, as Juntas de Freguesia.-----

-----No que se refere à execução plurianual, entre 2006 a 2010, referiu que no objectivo 1, era previsível encontrar-se o valor de um milhão, oitenta e sete mil e quatrocentos euros, tendo-se ficado por 50%. Quanto ao objectivo 2, 2006/2010, vinte e oito milhões, ficou-se por 45%, pedindo para ser esclarecido quanto a estes valores, questionando ainda sobre a verba de seis mil euros paga a um circo.-----

-----**Carlos Manuel Neto Venda (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso – PSD)**:-----

-----Usando da palavra, referiu que não se iria pronunciar relativamente às contas propriamente ditas achando que se deve antes concentrar na parte politica de execução daquilo que foi realizado. Disse faltar a intervenção do senhor Presidente da Câmara relativamente à parte politica explicando onde estamos e para onde vamos perguntando o que é que foi feito com vinte e seis milhões de euros entre 2006 e 2010. Referindo – se ao saneamento, perguntou se se evoluiu suficientemente face à percentagem destes 26 milhões de capital, e quanto à educação será que se evoluiu o suficiente? Sendo certo que se fizeram alguns arranjos de escolas e de algumas salas não foi feito o que deveria ter sido feito. Continuou dizendo que daqui a meia duzia de anos se vai olhar para o concelho, e tendo-se gasto 35 ou 40 milhões de euros, vai verificar-se que as escolas estão obsoletas e desadequadas, e quanto ao saneamento não vão existir recursos para o executar, sendo estas as suas reais preocupações. Disse ainda que o que gostaria de ouvir do senhor Presidente da Câmara é onde se está, que caminho se fez e para onde se vai, dizendo que gostaria de saber que planeamento existe a nivel do saneamento. Quanto à politica seguida pelo executivo, relativamente à educação, disse que discorda desta, por se tratar de uma politica de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

curto prazo, que nos irá cair em cima e daqui a meia dúzia de anos, quando se olhar para trás, vamos sentir que não foi feito o que o que se devia, em termos básicos, lamentando que não se tenham feito as obras estratégicas para o concelho. Acrescentou depois que a Zona Industrial de Porto de Mós tem evoluído, sendo uma das obras estratégicas para o concelho, sendo um facto que também aqui deve ser realçado. Manifestou mais uma vez a sua preocupação pela ausência de um plano que lhe garanta que hoje não existe saneamento, mas que daqui a meia dúzia de anos ele será uma realidade, sendo sua preocupação a forma como se aplicam os recursos. Disse ainda discordar o senhor Presidente da Câmara, quando este diz no relatório que o concelho tem sido pensado em termos estratégicos, afirmando que não tem, mas apenas em termos eleitorais. -----

-----**Manuel Correia Vala (PSD):**-----

-----Usando da palavra disse que o documento que aqui se está a analisar está tecnicamente bem elaborado, com quadros síntese que esclarecem os assuntos pelo que não carece de grandes explicações.-----

-----Disse depois que o senhor Presidente referiu na sua mensagem que atingiu os objectivos e metas em relação ao ano, referindo que está inteiramente de acordo quando se olha para aquilo que é a execução média corrente, mas se se comparar com questões orçamentais, estaremos a falar apenas de dois terços dos objectivos. Quanto aos números, disse haver aqui uma grande coincidência com as preocupações do senhor Vice-Presidente, porque a evolução da receita corrente, tem a ver com uma sinalização de crise, porque de facto as pessoas e as empresas estão a ter dificuldades económicas e isso vai-se ainda reflectir mais nesse tipo de receitas. Quanto à evolução da despesa e o facto da despesa corrente pesar menos na despesa total, só quer dizer que há aqui um melhor desempenho da despesa de capital, e portanto, uma percentagem aumenta ou diminui em função do peso da outra. Quanto ao custo dos serviços que a Câmara presta aos seus munícipes, e que são a água, os resíduos sólidos e saneamento, de facto as receitas directas da venda desses serviços, valem apenas 34% quando se fala dos custos directos e indirectos. Disse ainda que uma das hipóteses de atenuar isso é actuar com critérios de eficiência, e no caso dos resíduos sólidos, a sensibilização das populações, dizendo ser de opinião que só em último recurso se deveria caminhar para o agravamento destes serviços. Por último, disse que gostou de saber que, nesta era de incumprimentos, a Câmara consegue cumprir pagamentos abaixo dos sessenta dias.-----

-----**Carlos Alberto Vieira Rosa (PSD):**-----

-----Passou a parabenizar o executivo pelo documento apresentado, dizendo que o mesmo se encontra muito bem elaborado do ponto de vista gráfico e louvando o esforço da Câmara pelas explicações pormenorizadas que o mesmo contém.-----

-----Referiu depois que também foi dos que inicialmente pensou que as transferências que eram feitas do Ministério da Educação para as Câmaras eram uma mais-valia, chegando-se à conclusão passado pouco tempo que não é que isso se transformava num pequeno buraco, perguntando se o dinheiro que vem do Ministério compensa para pagar todos os custos que essas atribuições de competências implicam.-----

-----Passou depois a fazer um breve comentário acerca dos custos do tratamento dos resíduos sólidos, de água e outros, que sendo necessidades básicas ainda assim terá que ser feita uma sensibilização das pessoas para a sua redução. Referiu que há lugares com poucos receptáculos para a recolha de recicláveis, como é o caso da sua freguesia e dizendo que têm que se arranjar alternativas para que se implante essa cultura no seio da população.-----

-----Continuou ainda dizendo que lhe parece que aumentar os preços pode ter um efeito

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

contrário, porque as pessoas podem chegar à situação de não poderem pagar. Sugeriu ainda que se obrigasse a que a ligação do saneamento e do abastecimento de água fosse uma realidade.----

-----**Rui Fernando Correia Marfo (Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra – PS):**-----

-----Usando da palavra, disse que se absteria de tecer comentários no que se refere às Contas, mas no que se refere ao Relatório de Actividades, queria manifestar a sua total concordância com a chamada de atenção feita quanto ao elevado custo social dos itens enunciados, nomeadamente educação, água e resíduos sólidos urbanos, mas que não é assunto cujos preços se aumentem de ânimo leve, porque isso como disse o anterior interveniente irá ter certamente um efeito perverso. Quanto à Educação, disse que deve haver forma de se chegar até junto das instâncias que têm responsabilidade na matéria. Quanto ao saneamento, disse que quase toda a gente sabe que o concelho está praticamente todo coberto pela rede emissária da SIMLIS, não estando os ramais ligados e estando apenas alguns a pagar. Continuou dizendo que há casos em que a Câmara não deveria estar assim tão satisfeita, e passando a referir-se ao saneamento de Mira de Aire, disse que a sua taxa de execução era de 21,23%, pelo que se calhar se gastaram os seis milhões e trezentos e setenta mil euros em coisas que poderia ser deixadas para mais tarde avançando-se mais nesta matéria. Outro ponto que também disse querer referir era a situação da Zona Industrial de Porto de Mós, que também pode trazer acréscimos e proveitos muito bons para o concelho, mas que teve apenas uma taxa de execução de 4,09%, o que também é manifestamente insuficiente, não sendo motivo para satisfação.-----

-----Referindo-se depois ao investimento que foi feito na sua freguesia disse que foi demasiado diminuto para aquilo que era espectável dizendo que a única coisa que pede é que quando reclama lhe seja reconhecido esse direito, pois quando há compromissos assumidos e depois se põem oito mil euros num investimento de seis milhões, embora possa haver aqueles que são para todos, acha que é muito pouco.-----

-----**Ana Maria Martins Narciso (PSD):**-----

-----No uso da palavra disse ter gostado muito da definição de ruralidade de António José Teixeira, dizendo rever-se nesse conceito e sendo possíveis áreas de intervenção comuns embora em partidos diferentes, achando que se deveria aprender a partilhar isto, não só aqui como a nível nacional. Disse querer realçar isto porque lhe parece muito positivo, mas também marcar as diferenças, dizendo que há duas áreas em que não pode concordar: despesa excessiva na educação. Disse ainda que também se tem assistido ao longo de várias sessões da Assembleia Municipal à indecisão que existe sobre que rumo querem para a educação, crescendo a despesa face à ausência de planeamento para esta área, e conforme referiu o deputado municipal Carlos Venda, daqui a alguns anos vai olhar-se para trás e perguntar onde é que se gastou o dinheiro, não havendo um parque escolar digno para o concelho.-----

-----Disse depois que sobre as Contas também não falaria, mas que há uma que lhe chamou a atenção: quando se está numa época em que as carências, o endividamento das famílias, e o apoio social é tão necessário, como a vereadora Rita Cerejo tão bem sabe, disse ter ficado um pouco apreensiva, quando viu, no apoio em espécie a famílias carenciadas previstos cinco mil euros dos quais foram efectivamente gastos mil e seiscentos euros, acrescentando que em contrapartida para festas há dinheiro, referindo-se à festa do idoso e ao folclore, dizendo ter somado as duas, uma que já se realizou e outra que está prevista. Disse ainda que em tempos de restrições, há pessoal em regime de avença, havendo a previsão de gastar quarenta e quatro mil euros, estando já com uma taxa de execução de 73%, dizendo não perceber e pedindo esclarecimentos sobre isso.-----

-----**Olga Cristina Fino Silvestre (PSD):**-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Disse que seria muito rápida, passando a dizer que na página 28 da prestação de contas, há um quadro que refere as despesas liquidadas suportadas pelo município nos anos de 2008, 2009 e 2010, com a educação, havendo um aumento de 2009 para 2010 de duzentos e oitenta e oito mil trezentos e quarenta euros, ou seja, a cerca de 70%. Assim, disse gostar que o senhor Vice-Presidente da Câmara explicasse o que é que deu origem a este aumento.-----

-----**Helder Costa (Junta de Freguesia de Alcaria – PSD):**-----

-----Disse, quanto ao prazo médio de pagamento aos fornecedores de 53 dias que é um prazo excelente.-----

-----Referiu depois que não gostou de que o senhor Vice Presidente tivesse dito no jornal que é insustentável a verba que se gasta, dizendo que acha que se deve investir ainda mais na questão da educação e na recolha de residuos porque essa pode ser tambem uma bandeira para o concelho, tornando-se um concelho que possa proporcionar melhor qualidade de vida atraindo assim novos habitantes, novas empresas e assim maior desenvolvimento. -----

-----Passou depois a tecer algumas considerações relativamente às Contas apresentadas, dizendo especificamente no que se refere à sua freguesia que em termos de realização de obras foi zero. Disse depois, dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara que este lhe irá atirar com os numeros investidos na helipista, mas que esses valores se referem ao ano que se paga a factura e não ao ano em que a obra foi feita, pois a obra já estava feita em 2009. Referiu-se ainda ao facto de todos os funcionários que a Câmara tem, trabalharam em Alcaria, no ano de 2010, 60 horas o que significa em termos percentuais 0,01%. Assim disse que acresce a obra zero, 0,01% de trabalho, a somar a zero de investimento.-----

-----Passou depois a dizer que Alcaria tem uma estrada que liga a Alqueidão da Serra, tendo o senhor Presidente em PPI para gastar lá cerca de dois mil euros, o que não é nada, uma vez que a estrada tem cerca de dois mil e trezentos metros, dois mil na freguesia de Alcaria e trezentos na freguesia de Alqueidão. Disse depois que o início dessa estrada está mesmo junto à helipista, podendo essa estrada salvaguardar o trabalho das pessoas que lá estão.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia disse dirigindo-se ao anterior interveniente, dizendo que apesar de ser deputado substituto fez muito bem o trabalho de casa, parabenizando-o por isso.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia passou depois a palavra à Câmara Municipal afim de esta responder aos anteriores intervenientes, usando da palavra o senhor Vice-Presidente para esse efeito e começando por dizer que o deputado **Antonio Pires** parece que só vive eleições, tudo andando para ele em torno das eleições. Disse depois que as tentativas de colagem que este deputado faz em relação de determinados numeros, factores de justificação com origem em eleições, não tem a minima razão de ser. Continuou dizendo que este falou da receita primária que está inflacionada, referindo que não sabe o que quis dizer com isso. Acrescentou ainda que ao mesmo tempo falou dos desvios, dizendo que os desvios já os fez, já falou deles quando apresentou as contas, e disse com isso pretender responder a todas as pessoas que se referiram aos diferenciais entre aquilo que é estimado, que é previsto em termos orçamentais e aquilo que é realizado, dizendo haver dois momentos, o primeiro em que se apresenta o orçamento e em que se fazem as previsões e outro que é o momento de hoje, em que se afere em que medida é que as previsões estavam correctas. Referiu depois que as taxas de execução, ou seja, os valores que foram executados daquilo que estava previsto, no que toca às despesas de capital, ou às receitas de capital, são baixos, tendo-se melhorado pontualmente todos os anos, situando-se essa melhoria para este ano em cerca de 3%. Referiu ainda que quando se trás o Orçamento à Assembleia existe uma expectativa de realizações durante um ano, mas acontece que hoje a gestão tem que ser

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dinâmica e o gestor tem que ter a flexibilidade necessária para se adequar às solicitações que lhe são feitas todos os dias. Daí que as previsões e as estimativas feitas a um ano de antecedência são extremamente falíveis, sobretudo quando estão em causa variáveis que não se controlam, referindo-se concretamente ao QREN. Portanto, disse que não prevê que se possam melhorar muito estes valores de execução orçamental no que toca quer à receita quer à despesa de capital. Continuou dizendo que esta baixa taxa de execução no domínio do capital não é fácil de reduzir.--

-----Disse ainda a **Antonio Pires** que teve o cuidado de nunca se referir a 2005 mas que o deputado fez questão de o fazer, dizendo-lhe para não falar nisso porque isso é do passado e neste domínio não nos anima grande coisa e os números não se apagam, dizendo que o peso da despesa corrente em 2005 se fixou em 73.02% tendo este executivo baixado este valor em 10%, não obstante a despesa corrente estar a subir por factores que não se conseguem controlar.-----

-----A **Antonio José Teixeira** disse saber distinguir os conceitos de provinciano e de rural, dizendo que pouca gente nesta Assembleia lhe dará lições em termos de vivência rural. Disse ainda que quando fez a sua intervenção se estava a referir a índices económicos, dizendo que desde que conhece a economia do concelho, e falando em termos estritamente económicos e no domínio da economia do concelho de Porto de Mós, o mesmo nunca foi rural, recomendando ao deputado que leia a tipologia da empresas do concelho e qual a sustentação principal dos seus cerca de vinte e sete mil habitantes, dizendo que a esse nível não concorda com aquele e que não convive mal com a ruralidade.-----

-----A **António Ferraria**, respondeu, referindo-se à pergunta concreta que este havia colocado relativamente a uma verba destinada a um circo, que não tendo elementos neste momento para lhe responder, teria o maior gosto em fazê-lo no seu gabinete quando este quisesse.-----

-----A **Manuel Vala** agradeceu as suas palavras, dizendo que não é por acaso que têm pontos de vista comuns, relativamente à gestão.-----

-----A **Carlos Vieira** agradeceu também as palavras que lhe dirigiu, dizendo que é evidente que se tem tentado melhorar a forma da apresentação e o conteúdo das Contas.-----

-----Referiu-se ainda aos transportes e refeições na área da educação, a que este deputado fez menção e do que isso significa, dizendo não saber se todos os deputados têm consciencia do peso que isto representa em termos de custos para a Câmara.-----

-----Quanto a **Rui Marto** disse que concorda com ele quando diz que as taxas de execução do Parque Industrial continuam a ser baixas, com grande pena sua, considerando ser uma alavanca que ali está, não completamente explorada e que poderia responder a grandes carencias de hoje e sobretudo do futuro deste concelho.-----

-----A **Ana Narciso** disse que já respondeu quando respondeu a Antonio José Teixeira, acerca do conceito de ruralidade. Fez ainda menção ao facto de esta deputada ter afirmado a necessidade de apoio social e que se gastava demais nas festas. Dirigindo-se-lhe, disse que quem gere uma organização não pode fazê-lo olhando só para a janela, tendo de olhar para o edifício todo, acrescentando ainda que sabe da sua especial apetencia pela educação, mas que na prestação global dos serviços a que a Câmara está obrigada, esta é uma área que não se pode queixar, havendo sectores que ficam bem atrás.-----

-----No que se refere ao folclore, disse saber a que se está a referir, e que é um evento que terá lugar no dia 14 de Maio e que é o XVI Festival Nacional dos Trajes de Folclore, tendo sido proposto à Câmara um determinado programa o que em números redondos rondaria os trinta e cinco mil euros. Disse depois que perante esta proposta terá dito que se faria por muito menos ou não se

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

fazia, tendo sido depois acordada uma transferencia de doze mil e quinhentos euros de subsidio, considerando que assim os interesses da Câmara terão ficado extremamente bem defendidos, devendo a entidade promotora apenas dizer se concordava ou não, o que efectivamente aconteceu.-----

-----Referindo-se ao Festival, disse que se trata de um espectáculo de dimensão nacional com cerca de 800 figurantes, sendo uma oportunidade para promover Porto de Mós.-----

-----Quanto à menção que esta deputada fez a 44%, disse que não percebeu onde a mesma queria chegar com este valor, pelo que estará disponível para a elucidar mais tarde, conforme o fez com o deputado Antonio Ferrara.-----

-----A **Olga Silvestre** que falou da despesa liquida com a educação, disse que se têm que fazer opções e que do seu ponto de vista a educação é um sector que merece ser acarinhado tendo-o sido muito neste executivo, havendo outros sectores da vida concelhia que não estão tão à frente, não havendo portanto um desenvolvimento integrado e equilibrado, sendo uma responsabilidade do executivo promover o equilibrio e a coesão dentre as várias áreas da sua actuação.-----

-----A **Helder Costa** que disse que as despesas com educação e RSU não deviam baixar, disse que não baixando haveria outros sectores que ficariam prejudicados. Referindo-se ao turismo, disse que o Parque da Vila, do seu ponto de vista pode ser um bom cartaz turístico. Disse ainda que há pessoas que dizem que o parque tem cimento a mais, dizendo que gostaria de as desafiar a suportar os custos de manutenção da relva em 10%.-----

-----Terminando, passou a usar da palavra o senhor Presidente da Câmara que disse querer responder a duas questões que lhe foram colocadas directamente. A **Carlos Venda** disse que este fez uma intervenção politica puxando pelos galões de Presidente da Comissão Política Concelhia do partido que o elegeu, pedindo que permitisse que lhe dissesse que este se contradisse do principio ao fim em tudo o que disse. Disse que aquele começou por falar do saneamento e da sua falta de rumo contrapondo com o saneamento de Mira de Aire, cuja execução só este executivo teve coragem de levar a cabo, com dois milhões e meio de investimento para já. Disse depois que durante o primeiro mandato foi pago o saneamento do Tojal, Fonte do Oleiro, parte do saneamento de S. Jorge e foi iniciado o saneamento de Mira de Aire continuando a elencar as variadas situações que este executivo levou a cabo nesta área.-----

-----No que toca à educação, disse que aqui também cabe a resposta à deputada **Ana Narciso**, referindo as condições em que eram leccionadas as aulas em S. Bento, referindo-se ainda ao investimento que foi feito em Serro Ventoso, Arrimal, Cumeira de Cima e outros.-----

-----Passou depois a referir-se à zona industrial de Porto de Mós, dizendo que a 1ª fase demorou 20 anos e que as 2ª e 3ª demoraram 5 anos, tendo passado os melhores anos deste país para investir, sem que o concelho tivesse zona industrial para poder dar resposta aos pedidos das empresas.-----

-----Passou depois a referir-se ao Parque Verde da Vila, dizendo que ninguem acreditava que a obra se fizesse, acusando-os de pôr um cartaz com publicidade enganosa, mas a obra está quase pronta e aquele Parque que é um espaço de lazer que já se chamou de cinzento, será verde dentro de pouco tempo, acusando-se hoje o executivo de fazer grandes obras. Disse que é efectivamente uma grande obra que irá atrair muita gente a Porto de Mós, mantendo também os residentes que poderão passear em Porto de Mós evitando que vão para as cidades vizinhas.-----

-----Referindo-se à expressão empregada por **Carlos Venda** de que "só pensam em termos eleitorais", disse que pelos vistos valeu a pena porque ganharam as eleições por uma grande

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

maioria.-----

-----Dirigindo-se depois a **Rui Maro (PS)**, e apenas para esclarecer uma pequena confusão que este já fez por duas vezes, disse que, quando refere que as verbas afectas às obras do QREN deveriam ser gastas em outras prioridades tal não é possível pois o QREN está definido em vários eixos, não podendo o dinheiro atribuído a uma área ser desviado para uma outra.-----

-----Respondeu depois a **Ana Narciso** acerca do comentário que esta fez relativamente aos contratos de avença que a Câmara tinha, dizendo que as piscinas por exemplo estavam a ser exploradas por uma empresa tendo a Câmara cem mil euros de prejuízo por ano. Assim, acabou-se com essa concessão passando a Câmara a explorar as piscinas precisando para isso de contratar monitores para as mesmas, estando agora a exploração equilibrada, passando a enunciar as restantes situações objecto de avença.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia, dirigindo-se aos deputados, disse que se houvesse alguém que desejasse acrescentar mais alguma coisa o poderia fazer, não concedendo no entanto mais de um minuto a cada um.-----

-----**Carlos Venda** pediu a palavra para dizer ao senhor Presidente da Câmara que não há divergência no pensamento porque ele já pensa assim há três ou quatro anos e aquele pensa como disse. Referiu ainda que o Presidente está a olhar para trás e a analisar coisas que fez e a sua intervenção foi no sentido do que não se faz e da amplitude que se tem para fazer as coisas. Em relação à educação disse achar um erro crasso o que o município de Porto de Mós está a fazer a nível de infra-estruturas na educação.-----

-----**António José Teixeira**, disse querer deixar apenas uma nota de rodapé e que a Câmara está de parabéns relativamente ao Festival de Folclore, não deixando de ser curioso que o Vereador da Cultura nos venha presentear com um orgasmo de ruralidade de oitocentas figuras.-----

-----**Ana Narciso** também usou da palavra para dizer que relativamente à preocupação que aqui foi manifestada com a relva, se houvesse uma preocupação rural, substituíria a relva por outra vegetação da zona, porque há espécies fantásticas, que evitariam o cimento.-----

-----O senhor Presidente da Câmara referiu que não havia respondido ao deputado **Helder Costa**, passando a fazê-lo e dizendo que há muita injustiça naquilo que aquele diz, recordando que a Câmara transfere todos os meses para a Junta de Alcaria uma verba, apoiando todos os anos 10 mil euros de obras em Alcaria. Passou depois a dizer que foi a Câmara que financiou os arranjos exteriores da Capela do Zambujal, bom como o calcetamento de várias ruas em Alcaria, contribuindo para a valorização urbanística de Alcaria. Referiu ainda o alcatroamento da estrada que vai para a Barrenta.-----

-----Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia Municipal pôs a votação o presente ponto da ordem de trabalhos – **Apreciação do Inventário de Todos os Bens, Direitos Patrimoniais e Respectiva Avaliação, bem como a Apreciação e Votação dos Documentos de Contas relativamente ao ano 2010**, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria com 11 abstenções e 16 votos a favor**.-----

-----**2. Eleição do Presidente de Junta de Freguesia (e seu substituto) para, em representação de todas as Juntas de Freguesia do concelho, participar no XIX Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses:**-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal, perguntou se existe alguma proposta a ser apresentada por parte dos grupos municipais. O líder da bancada do Partido Socialista fez chegar

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

à mesa da Assembleia Municipal a seguinte proposta:-----

-----PROPOSTA-----

-----"Os deputados desta Assembleia Municipal eleitos pelo Partido Socialista têm a honra de propor o senhor Presidente da Junta de Freguesia do Juncal, João Manuel Rodrigues Coelho, como efectivo para participar como efectivo no XIX Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, como substituto propomos o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mira de Aire, Artur José Vieira.-----

-----Pelos deputados do PS (António Almeida) ".-----

-----**António Manuel de Sousa Pires (PSD)**, referiu que a sua bancada estava à espera que a bancada da maioria se lhe dirigisse a fim de se constituir uma lista conjunta, o que não aconteceu. Assim, havendo apenas a lista proposta pelo PS, acha que se deve votar lista A ou abstenção. -----

-----O senhor Presidente da Assembleia esclareceu ainda que o ano passado, como esta comunicação da ANMP apareceu no intervalo entre sessões da Assembleia, ele indigitou um presidente de junta do PSD para estar presente, tendo depois isso sido objecto de ratificação na sessão seguinte.-----

-----**Helder Paulino Ferreira (Presidente da Junta de Freguesia de Calvaria de Cima - PS)**: Interveio também dizendo que nos anteriores mandatos de 1998 a 2006, o Presidente de Junta nomeado para este efeito era-o no início da legislatura, pelos quatro anos do mandato, sendo sempre do partido da maioria, ou seja, do PSD. Continuou dizendo que o ano passado, o presidente de Junta que foi ao Congresso foi Carlos Venda de Serro Ventoso, nomeado pelo senhor Presidente da Assembleia.-----

-----Passou-se depois à votação por escrutínio secreto, procedendo o senhor Presidente da Assembleia à chamada de todos os deputados. -----

-----Feita a contagem dos votos na presença dos membros da mesa e dos líderes dos grupos municipais, apurou-se o seguinte resultado:-----

-----VOTANTES: 25-----

-----BRANCO: 4-----

-----VOTOS SIM PARA AMBOS: 20-----

-----VOTO NÃO: 1-----

-----VOTO SIM PARA EFECTIVOS E BRANCO PARA SUPLENTE: 1-----

-----VOTO NÃO PARA EFECTIVO E SIM PARA SUPLENTE: 1-----

-----Pelo que aqueles deputados foram eleitos :-----

-----Deputados efectivos com 21 votos sim, 4 brancos e 2 não.-----

-----Deputado suplente com 21 votos sim, 5 brancos e 1 não.-----

-----Assim sendo, foi eleito para representar as Juntas de Freguesia no Congresso da ANMP, o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Juncal, João Manuel Rodrigues Coelho, como efectivo e como seu substituto o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mira de Aire, Artur José Vieira.---

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal, referiu ainda que quem o iria representar na Assembleia seria o 1º Secretário.-----

----- **3. Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo:**-----

-----O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara que a deu ao senhor Vereador Fernando Monteiro, por ser seu o Pelouro do Desporto, passando este a dar conta das principais alterações que este documento sofreu.-----

António Manuel de Sousa Pires (PSD):

Disse lamentar que Porto de Mós, que tem no seu executivo uma pessoa com um curriculum em termos associativos, que muito executivos gostariam de ter, não se tenha aproveitado de forma mais útil as propostas que foram feitas pelo senhor vereador Júlio Vieira, dizendo que não nos podemos dar ao luxo de não aproveitar uma colaboração dessas.

Referiu depois que o que está aqui expresso é redução de custos, dizendo esperar que desta redução de custos não resulte que a Vereadora da Acção Social tenha que vir pedir reforço orçamental para compensar o que possa daqui resultar, dizendo que aquilo que se poupa com as nossas crianças e com os nossos jovens pode-nos vir a custar caro, acrescentando ainda que é por isso que vai votar contra este regulamento.

António José de Meneses Teixeira (PS):

Disse ter uma certa dificuldade em perceber a tentativa de rectificar a alteração do regulamento do Associativismo em relação aos nomes e terminologia de “traquinas”, “benjamins” e “petizes” bem como aos que mais à frente se designam de “bambis”.

Ana Maria Martins Narciso (PSD):

Usou da palavra para manifestar a sua preocupação quanto à apresentação sistemática de regulamentos, perguntando se não pode haver um regulamento conjunto onde depois cada uma das associações se possa rever, perguntando se isso é possível e dizendo ser pela síntese.

Teresa Gomes Jorge (PS):

Usou da palavra dizendo querer apenas esclarecer que traquinas, benjamins e petizes, é terminologia que se usa no futebol, bambis, escolas e infantis, refere-se talvez ao andebol. Disse ainda que aqui as verbas até são satisfatórias porque tem que se atender também que há pais que pagam a sua mensalidade, participando também a associação de futebol.

Helder Costa (Junta de Freguesia de Alcaria – PSD), disse querer apenas perguntar ao senhor vereador, se este regulamento não for hoje aprovado, se fica em vigor o anterior, ao que ele respondeu que sim.

Carlos Manuel Cordeiro Venda (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso – PSD): disse que o número de equipas diminuiram em oito, de 2005 até 2009. Quanto aos atletas disse que no karaté houve aumento. Disse depois que há uma grande divergência entre equipas e atletas.

O senhor **Vereador Fernando Monteiro** passou a responder aos anteriores intervenientes, dizendo que as propostas do senhor vereador Júlio Vieira foram vistas ponto por ponto, e que se poderiam ter agarrado uma ou duas coisas mas que não iriam trazer nada de relevante ao resultado final.

A **Carlos Venda** disse que com o tempo, claro que uns vão subindo e outros vão descendo, mas que num ano não há um decrescendo assim tão grande como isso, pelo que isso tem que se ver em função da modalidade.

O senhor Presidente da Câmara respondeu depois a **Ana Narciso** dizendo compreender a sua preocupação mas os regulamentos têm que ser específicos, obrigando a própria legislação a isso mesmo.

-----Completando depois o que disse o senhor vereador a **António Pires**, disse que o que se verifica aqui é uma maior justiça na distribuição, pois foram confrontados com algumas situações que considera injustas, porque por exemplo, uma equipa que tivesse dez praticantes recebia o valor do subsídio, mas se tivesse oito acabava por não receber nada e a grande novidade do regulamento é que atribui as percentagens ao número de praticantes, sendo menor do que o limite que havia sido estabelecido, não havendo redução global. Disse ainda que o que se pretende também é atribuir subsídios que se possam pagar em função das disponibilidades económicas que se tenham.-----

-----Passou-se depois à votação deste ponto da ordem de trabalhos - **3. Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo** - tendo o mesmo sido **aprovado por maioria com nove votos contra, quatro abstenções e catorze votos a favor.**-----

----- **4. Estatuto da Oposição – Lei nº 24/98, de 26 de Maio – Relatório de Avaliação do Grau de Observância (Artigo 10º da Lei nº 24/98, de 26 de Maio);**-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal disse que foi presente uma informação da Câmara Municipal de Porto de Mós, dando conta da exigência do artigo 10º da Lei 24/98 de 26 de Maio, que prevê que se dê conhecimento da actividade municipal e conhecimento prévio dos documentos a aprovar nos órgãos próprios aos partidos da oposição sem representação no executivo. -----

-----**Olga Cristina Fino Silvestre (PSD):**-----

-----Disse que não era para intervir neste ponto, mas que dado o que se passou no início da sessão acha que faz sentido a sua intervenção. Passou depois a dizer que o Estatuto da Oposição não é o cumprimento de uma mera formalidade, como tem vindo a ser feito nas diversas assembleias, porque o importante não é a forma mas o seu conteúdo, e neste conteúdo subjaz a génese da democracia e o ADN do 25 de Abril. Já que prevê os direitos da oposição, este refere o seguinte: entende-se por oposição a actividade e acompanhamento, fiscalização e crítica das orientações de quem está no poder. No âmbito deste direito, a oposição tem direito, passando o pleonasma, a expressar opinião diversa, a ser informada, a participar, a dar sugestões, a criticar e isso não pode ser vedado. Todos temos de ter cuidado com a forma como nos expressamos, é certo, mas somos todos e não apenas alguns.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia interveio para contextualizar, dizendo, que nesta Assembleia Municipal nunca nenhum deputado foi impedido de exprimir as suas opiniões, nunca nenhum deputado se dirigiu à Assembleia a pedir qualquer tipo de esclarecimento que lhe fosse coartado ou que lhe fosse negado, dizendo de forma veemente querer deixar isso bem claro. Continuou ainda dizendo que, Estatuto de Oposição sim, levantar suspeições em público sobre situações que não aconteceram, porque nunca coartou a palavra a nenhum deputado, não. Disse ainda ao deputado **Luís Monteiro** que pretendeu intervir, que estas questões são dirigidas ao Presidente da Assembleia e que portanto este tem que responder, porque deve explicações aos deputados, dizendo que quando a deputada **Ana Narciso** ainda há pouco, lhe disse que privilegiava o Partido Socialista, dirigiu-se ao Presidente da Assembleia e este tem que se explicar.-----

-----Referiu ainda que todos são testemunhas de que nunca impediu nenhum deputado de exprimir a sua opinião, de que todas as informações que lhe foram pedidas foram entregues, dizendo que quer deixar isso bem claro. Disse ainda que o Estatuto da Oposição, enquanto for Presidente da Assembleia, será cumprido rigorosa e escrupulosamente e nenhum partido será privilegiado aqui dentro, sendo este o exemplo que quer levar até ao fim.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**Lúis Carlos Vieira Monteiro (PSD):**-----

-----Usando da palavra disse que já é a segunda vez hoje que acontece isto o que dá para ver que o senhor Presidente da Assembleia convive pouco bem com a critica e que a forma como se manifestou agora demonstra isso. Disse ainda que, mais uma vez interveio de uma forma que parece não se coadunar muito com a de Presidente da Assembleia, mas é o seu estilo. Continuou dizendo que em relação a factos que não se passaram, as actas não demonstram isso.-----

-----**Vitor Louro Cordeiro (PS):**-----

-----Disse que gostaria que algumas coisas ficassem esclarecidas, recordando que na segunda sessão da Assembleia Municipal, quando a Ana Paula Noivo foi candidata, o seu camarada Joaquim Franco, quando o Presidente da Mesa pretendeu usar da palavra, levantou-se e disse "não pode". Continuou que se tratava do problema do Regimento que diz que os membros da mesa apenas podem falar tomando o seu lugar na Assembleia e se for o caso de haver votação, só depois é que pode retomar o seu lugar. N altura o Dr. Licinio Moreira saiu da mesa, como ele próprio costuma fazer e como a deputada Olga Silvestre fez amiúde no mandato passado. Disse ainda que esta é uma Assembleia de evoluídos perguntando para quê mudar de lugar se objectivamente no final a mensagem é a mesma e os efeitos são os mesmos. Disse depois não achar ser necessário cumprir escrupulosamente o que está nesse artigo do Regimento, por se tratar de uma questão de bom senso. -----

-----Quanto ao tema que aqui foi abordado, concretamente pelo artigo da deputada **Ana Narciso**, foi aqui dito que se podia ir para tribunal ou pedir direito de resposta, mas acha que não é bem assim, porque são precisamente os factos políticos, aquilo que se diz, o que vem nos jornais, que levantam muitas vezes fortes celeumas, e se as pessoas não concordam, devem dizer isso mesmo. Disse depois que sugeria, quanto ao artigo da deputada Ana Narciso que se fizesse uma sondagem credível, ou pelo menos, não manipulada, perguntando se sim ou não é caso para o Presidente da Assembleia Municipal ou os deputados municipais se sentirem ofendidos e publicamente dizer isso mesmo. -----

-----O senhor Presidente da Câmara usando depois da palavra perguntou à deputada **Olga Silvestre** se havia lido a legislação acerca do Estatuto da Oposição, tendo ela respondido que sim e perguntando-lhe ele o que é diz a legislação sobre este caso em concreto, perguntando se o que está aqui em causa não é a obrigatoriedade do executivo ouvir as forças politicas representadas na Assembleia Municipal mas que não tem representação na Câmara. Continuou dizendo que lhe parece que a deputada deve ter feito alguma confusão, tendo misturado as coisas e tendo agitado toda esta Assembleia sem necessidade. Continuou ainda dizendo que foram ouvidos **Luis Cordeiro (Independente)** e **Antonio Ferraria (CDU)**, tendo sido respeitado o estatuto de oposição. -----

-----**Olga Silvestre** passou a responder ao senhor Presidente da Câmara dizendo que o estatuto da oposição se aplica quer aos vereadores quer à Assembleia Municipal, afirmando não ter dito que o mesmo não era cumprido, tendo-se limitado a ler o conteúdo do artigo 2º do Estatuto da Oposição que diz que a oposição tem direito a criticar, e que este executivo e pelos vistos o senhor Presidente da Assembleia não aceitam muito bem críticas. O senhor Presidente da Assembleia interveio dizendo que o que não aceita é mentiras tendo a deputada respondido que não disse nenhuma mentira. -----

-----O senhor Presidente da Assembleia disse que não haveria mais diálogo estando a assunto esclarecido, e que uma vez que não era objecto de votação se passaria à discussão do ponto seguinte da Ordem de Trabalhos.-----

-----**5. Comissão de Protecção de Crianças e Jovens – Relatório Anual de Actividades – 2010:**-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----A senhora vereadora Rita Cerejo passou a elucidar a Assembleia Municipal acerca do relatório que está em análise dizendo ainda querer salientar que neste ano de 2010 se notou um maior empenho, uma maior participação da Comissão tanto da restrita como da alargada e também da comunidade tendo-se conseguido através das actividades desenvolvidas uma maior sensibilização para os direitos das crianças e dos jovens. Referiu ainda que existem projectos para o futuro de forma a continuar a envolver a comunidade nesta problemática e que as parcerias com as estruturas de base como a educação, a segurança social, como a saúde, estão a funcionar sendo o que nos permite resolver as situações seja caso a caso no que toca à actividade da restrita, seja de uma forma mais abrangente no que toca à divulgação. -----

-----**Luís Carlos Vieira Monteiro (PSD):**-----

-----Disse querer aqui manifestar um testemunho e um pedido. O testemunho: como membro da Comissão Alargada e votado aqui pela Assembleia Municipal na época em que ainda se faziam listas conjuntas, disse querer aqui manifestar o seu agrado e até surpresa da forma como se trabalha no âmbito daquela Comissão e o empenho que as técnicas têm demonstrado quer no desenvolvimento dos projectos para a comunidade, quer na promoção e protecção de crianças em si mesma que é um reflexo do facto de fazerem o que gostam que depois se reflecte no empenho e no zelo e nos resultados que têm. O pedido que disse querer fazer prende-se com o facto de um dos elementos que foram aqui votados, Cátia Costa, que por questões profissionais não tem podido comparecer e dar o contributo que gostaria de dar, pelo que talvez esteja na altura de ser substituída por esta Assembleia.-----

-----**Ana Maria Martins Narciso (PSD):**-----

-----Disse ter lido o relatório com toda a atenção e tem dados muito interessantes na questão do balanço das actividades. Referiu ainda ser muito interessante a intervenção precoce atempada que não está sinalizada mas que não quer dizer que não seja feita e que pensa ser prioritária. Referiu depois que este relatório aponta como insuficientes as respostas sociais, achando até que o Conselho Municipal de Educação deve ter uma atenção redobrada sobre este relatório, pois são as crianças do concelho que estão aqui retratadas. Salientou ainda o reconhecimento da CPCJ ao nível das entidades não representadas, revendo-se as pessoas nesta actividade e dela tendo conhecimento. Por fim disse também achar importante, nomeadamente para o Conselho Municipal de Educação, as idades onde incide mais este tipo de atendimento, que é dos 6 aos 10 e dos 15 aos 17 anos. Disse ainda que temos aqui claramente o 1º ciclo a precisar de imenso apoio e dos 15 aos 17, problemática ligada à adolescência que também nos devem preocupar. Em termos de política para isto sugeriu menos festa e mais apoio social.-----

-----**Rui Fernando Correia Marto (Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra – PS):**-----

-----Disse que não se iria pronunciar muito em relação ao conteúdo do documento, referindo que verificou que houve 35 casos novos sinalizados dizendo que seria desejável que fosse zero e que o trabalho da CPCJ fosse acima de tudo destinado à sensibilização e não à intervenção.-----

-----Sugeriu depois à senhora vereadora Rita Cerejo, que numa próxima oportunidade fosse possível seguir o exemplo do senhor Vice-Presidente e fazer um relatório mais sucinto para que não se andasse à procura de números em todos estes quadros.-----

-----**Carlos Alberto Rosa Vieira (PSD):**-----

-----Usando da palavra disse concordar com Rui Marto, dizendo que ajudava a compreender melhor a realidade do concelho um quadro apontando os problemas maiores que levam à

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

instauração destes processos, se há crianças institucionalizadas ou não e quais são os maiores problemas que dão origem a estes processos e o que fez com que estes todos fossem arquivados liminarmente.-----

-----A senhora Vereadora da Acção Social passou a responder aos anteriores intervenientes dizendo que apresenta este relatório na qualidade de Presidente da CPCJ e não na qualidade de Vereadora, dizendo estar na Comissão como representante da Câmara Municipal, sendo aquela uma entidade completamente distinta desta.-----

-----Respondendo ao deputado **Luis Monteiro** e relativamente à situação da colega de Comissão, Cátia Costa, disse que ela de facto explicou logo desde inicio a impossibilidade de estar presente, tendo-a mantido actualizada o mais que pode com e-mails acerca das actividades da Comissão e dos seus projectos, tendo já pedido um relatório à sua Secretária acerca dos elementos dos vários representantes mais faltosos, para de acordo com o regulamento lhes perguntar se querem continuar, a fim posteriormente se pedir a sua substituição, estando portanto a ser feito esse inventário, para se providenciarem essas substituições.-----

-----A **Ana Narciso** disse ainda que a deputada ressalva aqui os numeros da intervenção precoce, referindo que se tem procurado fazer esse diagnóstico e essa intervenção. Quando se refere a escassez de respostas sociais, disse que na nossa zona, não existe próximo, uma instituição de acolhimento que dê cabal resposta às necessidades que temos, pelo que quando se tem que fazer uma retirada têm que se levar os meninos para distâncias consideráveis, por não haver vagas aqui próximo, pelo simples facto de haver poucas instituições na região.-----

-----Relativamente às problemáticas e às idades de sinalização, a situação dos 6 aos 10 anos não se prende tanto com os problemas na escola mas sim no agregado familiar, com famílias desestruturadas e situações de violencia doméstica. Quanto à situação dos 15 aos 17 anos, trata-se mais do abandono escolar e das condutas desviantes dos jovens que também cabe acautelar, tentando orientá-los e protegê-los, sendo essa a função da CPCJ.-----

-----A **Rui Marto** respondeu que apesar dos 37 novos casos, quando no Encontro Nacional foi confrontada com o triplo e o quadruplo deste número noutras comissões, fica mais tranquila. Disse depois que são sinalizadas muitas situações sendo objecto de avaliação de diagnóstico e caso não haja fundamento há lugar ao arquivamento liminar.-----

-----Quanto à apresentação do relatório, referiu que se trata de um modelo que é apresentado pela Comissão Nacional, sendo os parâmetros os que eles pedem, sendo assim que ele tem sido apresentado. Disse ainda que futuramente se poderá complementar com um quadro resumo.-----

-----**6. Processo nº 250/2007 – Requerente – Rei do Calcário – Sociedade Extractiva, Lda. Requer na qualidade de explorador da pedra com o nº 5537, denominada de “Eira Morgada”, sita no lugar de Codaçal, Freguesia de Serro Ventoso, a emissão de declaração de Interesse Público Municipal, para integrar o E.I.A., elaborado no âmbito do licenciamento da ampliação da respectiva pedra;**-----

-----**Antonio da Conceição Ferraria (PSD):**-----

-----Referiu-se ao facto de a Assembleia Municipal já ter deferido uma série de situações semelhantes, e tendo em conta a situação de crise que o País está a viver e tudo aquilo que se puder preservar para manter os postos de trabalho, do seu ponto de vista deve ser apoiado.-----

-----**Antonio Manuel de Sousa Pires (PSD):**-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Usando da palavra disse que este assunto para si continua a ser uma questão de estar bem com a sua consciencia. Disse que na última sessão este assunto também aqui foi discutido genericamente, tendo ele então a partir daí procurado informação acerca disso. Disse que em 3 de Março mandou um e-mail para a DGAL a perguntar a definição de projecto de interesse municipal. Não tendo a DGAL respondido, no dia 19 de Março levantou a mesma questão à CCDR-c, que também não respondeu. Voltou a insistir, dizendo que iria ter uma sessão da Assembleia Municipal, tendo recebido ontem a resposta das duas entidades, que acabam por não responder à sua questão concreta, não definindo o conceito de projecto de interesse municipal. Disse ainda que existe um aspecto que o fará alterar a sua posição em termos de votação futura, referindo que hoje votará favoravelmente como tem votado os outros para manter a sua coerencia, mas a partir de hoje e atendendo à resposta que recebeu da DGAL, que passou a ler, "*...o reconhecimento do projecto de interesse municipal pela Assembleia Municipal pode ter vários fins, encontrando-se a sua referencia em legislação dispersa de acordo com o tipo de projectos envolvidos e objectivos pretendidos...*". Disse ainda que esta informação fala ainda das isenções fiscais, do IMT e ainda da questão da RAN e da REN, referindo ainda, e voltando a ler, "*...a definição dos termos e condições em que deve ser reconhecido o interesse municipal dos projectos cabe aos órgãos municipais*". Assim, disse que a diferença a partir de hoje será essa, acrescentando que se do executivo voltar a vir a informação com a deliberação que diga apenas "Submeter à Assembleia Municipal", votará contra, mas se vier do executivo a deliberação no sentido de que a Câmara considera que o projecto é de interesse municipal e tem a sua aprovação, continuará a votar favoravelmente, dizendo que o que pretende é que o executivo se vincule tanto quanto a Assembleia Municipal.-----

-----**Antonio José Meneses Teixeira (PS):**-----

-----Usando da palavra, disse que parece que se está na mesma sobre o tema interesse publico municipal. Referiu que a intervenção de Antonio Pires, tem a ver com o que vai dizer, até para se tentar acabar um pouco com o constrangimento que enquanto deputados têm, não sabendo muito bem em que águas é que se está a navegar. Assim propõe que se crie uma comissão mista, com o apoio técnico da Câmara para ajudar logisticamente um grupo de deputados, para fazer um referencial que seria preenchido e que iria facilitar um pouco este constrangimento, sendo uma maneira mais clara de classificar a empresa como sendo de interesse municipal ou não.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia dirigindo-se a este deputado perguntou-lhe se ele apresentou alguma proposta ou se se trata de uma sugestão tendo aquele respondido que se trata de uma sugestão.-----

-----**Carlos Manuel Neto Venda (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso – PSD):**-----

-----Usando da palavra, disse que este tipo de deliberações, quando são para ajudar a um determinado licenciamento, estando lá claro o fim a que se destina, votará sempre sim.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia disse que antes de passar a palavra à Câmara fazia uma recomendação ao executivo da Câmara Municipal: das empresas que até agora foram votadas pelo menos algumas tiveram a preocupação de fazer um estudo económico e dizer quantos postos de trabalho iam criar e a que é que se comprometiam. Esta empresa nem sequer se digna a isso, não dando qualquer informação quanto aos postos de trabalho que criará e que impacto económico terá a nível do concelho. Disse ainda que a Câmara ao aceitar um requerimento destes deveria ter em atenção e exigir determinado tipo de informação.-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a responder, dizendo que a grande maioria destas situações não criará novos postos de trabalho, passando a explicar os constrangimentos que a indústria extractiva de pedra tem na zona serrana do concelho, dizendo que para uma pedreira proceder ao alargamento da sua área de intervenção precisa deste documento. Assim na maioria

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dos casos, não se trata de criar novos postos de trabalhos, mas sim de garantir os existentes. Referiu-se ainda à exigência de tal declaração pela Lei da REN, dizendo que enquanto esta não for alterada se terá que avalizar estas situações, para garantir a continuidade desta empresas. -----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o presente ponto da ordem de trabalhos posto a votação – **Processo n.º 250/2007 – Requerente – Rei do Calcário – Sociedade Extractiva, Lda. Requer na qualidade de explorador da pedreira com o n.º 5537, denominada de “Eira Morgada”, sita no lugar de Codaçal, Freguesia de Serro Ventoso, a emissão de declaração de Interesse Público Municipal, para integrar o E.I.A., elaborado no âmbito do licenciamento da ampliação da respectiva pedreira, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com um voto contra, seis abstenções e vinte votos a favor.**-----

-----Atendendo ao adiantado da hora o senhor Presidente da Assembleia Municipal pôs à consideração do plenário a continuação desta sessão atendendo a que apenas faltava um ponto da ordem de trabalhos, tendo obtido concordância.-----

-----**7. Informação nos termos da alínea e), n.º 1 do artigo 53.º da Lei 169/99 de 18 de Setembro alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro:**-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou depois a fazer referencia a algumas das obras que constam do documento que foi oportunamente distribuído por todos os deputados razão pela qual se escusou de fazer um relato exaustivo do mesmo mas realçando algumas das obras desenvolvidas no período que mediou entre esta e a anterior sessão da Assembleia Municipal .-----

-----Passou então a referir a colocação de um piso aderente na estrada dos Bouceiros/Casal Duro/Covão da Carvalha, local onde ocorriam acidentes consecutivamente. Fez menção aos trabalhos de alargamento da Ponte de Rio Alcaide que estão a decorrer. Referiu-se aos trabalhos de reparação de caminhos florestais e/ou agrícolas no concelho, feitos com a colaboração dos senhores Presidentes de Junta.-----

-----Referiu-se ainda aos trabalhos de arranjo dos passeios que estão a ser levados a cabo na Zona Industrial, dizendo que têm como principal objectivo disciplinar o estacionamento.-----

-----Fez depois menção ao inicio das obras que vão ter lugar nas Avenidas de Santo António e Sá Carneiro, dizendo que o empreiteiro adiou o seu inicio para a próxima semana.-----

-----Referiu ainda que estão em fase de conclusão as obras do parque verde da vila estando também a decorrer as obras da ecopista.-----

-----**António Manuel de Sousa Pires (PSD):**-----

-----Disse que iria ser muito breve e pegando no assunto ainda da deputada Ana Narciso que gerou a polémica que gerou, não querendo que isso volte a acontecer, não pode deixar de dizer que o executivo não tem que fazer comentários porque se trata de um assunto da Assembleia. Sugeriu ainda a propósito da intervenção de Ana Narciso acerca das duas comemorações de que o Contra-Almirante Victor Crespo foi alvo, que se fizesse na Câmara um registo dessas atribuições.-----

-----**Olga Cristina Fino Silvestre (PSD):**-----

-----Disse pretender saber, face à referencia que é feita na informação do senhor Presidente da Câmara a um novo processo judicial em que é requerente o funcionário da autarquia José Manuel Teixeira e requerida a Câmara Municipal e que é de 2011, qual a causa de pedir e respectiva fundamentação, dado que se trata de uma providencia cautelar.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**Carlos Manuel Neto Venda (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso – PSD):**-----

-----Disse relativamente à ecovia que tem reparado que há lá carros a passar perguntando o que fazer quanto à situação referindo-se às palavras que o senhor Presidente da Câmara proferiu há pouco de colocar lá umas cancelas para impedir essa passagem. Disse depois que queria aqui fazer publicamente um desafio ao senhor Presidente da Câmara no sentido de que Serro Ventoso tem um projecto para fazer um Centro de Interpretação das Minas da Bezerra, dizendo fazer todo o sentido que Junta e Câmara pudessem fazer isso em conjunto na Bezerra, mais perto das minas.-----

-----**Antonio José Meneses Teixeira (PS):**-----

-----Disse que queria saber mais alguma coisa em relação ao Plano de Pormenor de Salvaguarda de S. Jorge e em relação aos munícipes se está a correr bem ou menos bem. O segundo ponto que disse querer saber tinha a ver com a questão a implementação do projecto “Património Municipal” em colaboração com o SIGAE e que património municipal é esse. Referiu-se depois à questão do património museológico que está no Museu de Porto de Mós estar em risco, chamando a atenção para a existência de peças únicas e alertando para o facto de quando for recuperada a Central Termoelectrica, para ali se instalar o museu, esse património poder estar completamente deteriorado. -----

-----**Manuel Correia Vala (PSD):**-----

-----Disse querer fazer uma pergunta ao senhor Presidente e uma sugestão. A pergunta é se ele sabe do contratempo que está a acontecer nas obras do IC9, que é a falência da empresa parceira da MSF para as obras de arte, o que significa a gente ver praticamente todas as obras de arte abandonadas.-----

-----Em relação à cancela para a ecopista sugeriu que fossem colocados pilaretes rebatíveis.-----

-----**Carlos Alberto Vieira Rosa (PSD):**-----

-----Disse apenas querer referir uma pequena nota para uma chamada de atenção que lhe foi feita há dias, de que a Câmara já fez várias intervenções no rio, e a ultima que foi feita andou uma máquina a limpar no meio do rio, tendo sido feito um tapume que o tapou de uma margem à outra o que irá causar perturbações no ecossistema do rio impedindo que os peixes o subam para a reprodução. Disse ainda que quando a Câmara fizesse intervenções do género a Câmara se fizesse acompanhar por especialistas na matéria.-----

-----**Joaquim Santiago Virgílio Alves (PS):**-----

-----Referiu o problema das plantações de eucaliptos para a qual é necessária licença e que são feitas sem as mesmas, salientando que o Juncal está rodeado de eucaliptos.-----

-----Fez ainda referencia ao facto de os funcionários da Câmara se deslocarem dos estaleiros para os locais em que as obras estão a decorrer todos os dias de manhã, fazendo o trajecto inverso à hora de almoço e novamente depois de almoço e depois ao fim da tarde, e tecendo alguns comentários aos gastos que isso representa em termos de combustíveis.-----

-----**Ana Maria Martins Narciso (PSD):** Concordou com a necessidade de poupar, sendo preciso ir à procura dos investimentos feitos: houve formação dada, perguntou onde está essa gente; houve equipamentos distribuídos ao concelho, onde está esse equipamento. Todos os recursos têm que ser optimizados, dizendo que reorganizar o pessoal em termos internos seria uma ideia.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Disse depois que queria fazer uma proposta no sentido de preservar a memória do pedagogo Manuel de Oliveira Perpetua, que consiste na criação de um prémio de prestígio Manuel de Oliveira Perpétua nas áreas que estão muito esquecidas no ensino nomeadamente a Filosofia, que está em risco de ser excluída do plano curricular do ensino secundário, mas também da História que era a área dele, achando que apenas o nome de rua daqui a alguns anos, pode não dizer nada. -----

-----O senhor Presidente da Assembleia sugeriu a anterior interveniente que fizesse um Regulamento prévio e que o trouxesse aqui à Assembleia completamente estruturado, sendo depois apreciado e votado.-----

-----**João Manuel Rodrigues Coelho (Presidente da Junta de Freguesia de Juncal – PS):**-----

-----Começou por agradecer o facto de ter sido eleito para representar as freguesias do concelho no Congresso da ANMP.-----

-----Pediú ainda para se corrigir o nome da rua onde se anda a fazer o saneamento, que se chama Rua Vale de Deus e não Vaqueira nem Rua Cruzes de Deus.-----

-----Referiu-se ainda aos custos com os lixos sugerindo que se arranjem autocolantes do município aconselhando as pessoas a fechar sempre os contentores.-----

-----**Helder Costa (Junta de Freguesia de Alcaria):**-----

-----Disse ter ficado aqui a saber que o caminho Mariano da Nazaré/Fátima vai passar por Alcaria, aconselhando a que se fale com a Junta de Freguesia porque esta e também a de S. João Baptista bem como o PNSAC, porque as três entidades têm previsto fazer um percurso que começa em Rio Alcaide e segue até à Fornea.-----

-----Disse ainda que este ano de 2011 já foi feita alguma coisa em Alcaria, que foi taparem dois buracos.-----

-----**António Rogério de Oliveira Vieira (Presidente da Junta de Freguesia de Pedreiras):**-----

-----Perguntou a situação da Rotunda na Tremoceira, no IC2.-----

-----Fez depois um convite para a 1ª Prova Cega de Vinhos produzidos na Freguesia, em Pedreiras, no dia 7 e 8 de Maio.-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a responder, dizendo a **Antonio Pires** que neste momento já está a ser feito o registo das condecorações atribuídas. -----

-----A **Olga Silvestre** disse que o Eng. José Manuel Teixeira apresentou um processo contra o município que tem a ver com a comissão de serviço da arquitecta Ester Vieira, que lhe foi atribuída pelo seu antecessor em 2002 ou 2004, não sabendo bem precisar atendendo a que existe uma discrepância de datas entre o despacho de nomeação e a publicação, pelo que o autor vem alegar que a nomeação enferma de nulidade.-----

-----Quanto à ecopista, disse que o acesso tem de ser controlado dizendo ser de aceitar a sugestão do engenheiro Vala.-----

----- Quanto ao Centro de Interpretação das Minas da Bezerra disse o projecto o prevê e que faz

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sentido, sendo questão de se falar nisso oportunamente.-----

-----A **Antonio José Teixeira**, disse que a Zona de Salvaguarda de S. Jorge está a ser preparada com a CCDR Centro e com o próprio Ministério da Cultura. Disse ainda que o fato nunca será à medida por força das condicionantes existentes.-----

-----Manifestou também a sua preocupação relativamente à conservação do importante espólio que existe no museu.-----

-----A **Manuel Vala** disse que relativamente à empresa que faliu, as outras empresas do grupo terão que assumir.-----

-----Quanto à limpeza do rio referida por **Carlos Vieira**, disse que a máquina foi lá apenas para transportar as ervas, passando a explicar os melhoramentos que há a fazer.-----

-----No que se refere à plantação de eucaliptos no Juncal, disse ser uma situação que está a causar alguns problemas, nomeadamente a sua plantação sem licença.-----

-----Quanto ao pessoal da Câmara esse é um problema que está identificado, tendo já sido feitas várias tentativas para resolver o problema.-----

-----Quanto à proposta apresentada por **Ana Narciso** disse que a Associação dos Antigos Alunos deve propor esse assunto. -----

-----A **João Coelho** disse que iria explorar isso pois terá que ter autorização da SUMA.-----

-----A **Hélder Costa** disse que os Caminhos de Fátima não vão passar por Rio Alcaide, mas sim por outro circuito que irá dar ao Livramento. De qualquer maneira poderá haver uma parte comum, podendo haver uma concertação com a entidade. Referiu ainda que isto tem a ver com a recuperação de um caminho que já existiu em tempos, havendo registos históricos, indo ser agora sinalizado. Disse ainda ao deputado Hélder Costa que o pessoal da Câmara já não iria para aquela Junta de Freguesia na próxima segunda feira, como estava previsto ir durante toda a semana porque o senhor deputado acha que o trabalho está feito. Acrescentou que este teria era que avisar a senhora Presidente de Junta desse facto. -----

-----A **António Rogério** disse que a rotunda da Tremoceira aguarda a aprovação da AEL, porque o projecto foi enviado para a EP.-----

-----MINUTA DAS DELIBERAÇÕES DESTA SESSÃO:-----

-----Tendo em conta que várias deliberações deverão tornar-se imediatamente executórias, o Presidente da Assembleia Municipal, deu a conhecer aos membros desta, os termos da minuta das *deliberações* 1. Apreciação do Inventário de Todos os Bens, Direitos Patrimoniais e Respectiva Avaliação, bem como a Apreciação e Votação dos Documentos de Contas relativamente ao ano 2010; 2. Eleição do Presidente de Junta de Freguesia (e seu substituto) para, em representação de todas as Juntas de Freguesia do concelho, participar no XIX Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses; 3. Regulamento Municipal de Apoio ao 4. Processo nº 250/2007 – Requerente – Rei do Calcário – Sociedade Extractiva, Lda. Requer na qualidade de explorador da pedreira com o nº 5537, denominada de “Eira Morgada”, sita no lugar de Codaçal, Freguesia de Serro Ventoso, a emissão de declaração de Interesse Público Municipal, para integrar o E.I.A., elaborado no âmbito do licenciamento da ampliação da respectiva pedreira, tendo estas sido submetidas a votação e **aprovadas por unanimidade**.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O senhor Presidente da Mesa da Assembleia declarou a sessão encerrada às 02.00 do dia 30 de Abril e para constar se lavrou a presente acta que irá assinar e que eu, Maria Fernanda Pinguicha Toureiro, Assistente Técnica, redigi e subscrevo -----
